

The background illustration shows a man with a beard and dark hair, wearing an orange long-sleeved shirt, shaking hands with another person whose hand is visible from the left. A large, white dollar sign (\$) is positioned between them. In the background, there are stylized elements including a line graph with an upward arrow, a bar chart, and a blue speech bubble containing a smaller bar chart. The overall color palette is dominated by shades of blue and orange.

ECONOMIA COLABORATIVA

Nesta edição da *Auditor Interno Magazine*, trazemos para discussão um pilar da cultura capitalista que começou a sofrer questionamentos: a posse. Será que é necessário ter um determinado bem para poder usá-lo? Hoje, a aquisição de objetos, ou de espaços, não é mais um fim em si e empresas estão movimentando uma nova economia baseada nesse conceito. Conheça detalhes desse ecossistema que já faz parte das nossas vidas e deve movimentar muito dinheiro nos próximos anos.



43ª EDIÇÃO
CONBRAI2023
CONGRESSO BRASILEIRO DE AUDITORIA INTERNA

EVENTO
HÍBRIDO

26 a 28 de NOVEMBRO

VILLA BLUE TREE | SÃO PAULO - SP

MUNDO HÍBRIDO

A integração entre passado, presente e futuro na Auditoria Interna



conbrai.com.br

INSCREVA-SE

Realização



13



CAPA - ARTIGO TÉCNICO | EM PLENA EXPANSÃO

Nesta edição, trazemos um artigo elaborado pelo auditor Dane Fernandes que apresenta a origem e o desenvolvimento da economia colaborativa. Conheça o conceito, as aplicações e os detalhes a respeito da abordagem de trabalho do auditor interno nesse novo ecossistema.

05 EDITORIAL | GUERRA INVISÍVEL

Hélio Takashi Ito, conselheiro de Administração do IIA Brasil, discute em artigo sobre como a Auditoria Interna pode atuar em meio a um número crescente de ataques cibernéticos possibilitados por softwares maliciosos.

09 OPINIÃO | CONFLITOS DE GERAÇÃO

Como liderar com qualidade nos times compostos pelas novas gerações de profissionais? As empresas devem interferir em problemas ocasionados por *crash geracional*? Janaína Fiorentin, compliance na Votorantim, analisa o tema.

18 AGENDA | CURSOS ON-LINE

Já está disponível a programação de cursos do IIA Brasil para o segundo semestre de 2023. Confira as datas, valores dos treinamentos e descubra como saber mais sobre os serviços de capacitação do instituto.

EXPEDIENTE

Ano 5 | Edição 40 | Março e Abril 2023

A AIM é uma publicação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil. Rua Barão do Triunfo, 520 – cj. 42 (4º andar). Brooklin Paulista. São Paulo (SP). Contato: +55 (11) 5503.4040 | iiabrasil.org.br



Produção Editorial e Revisão: Agência Stóia e IIA Brasil
Projeto Gráfico | Diagramação: Elisângela Hiratsuka | Tiago Cruz
Jornalista Responsável / Editor: Tiago Cruz | DRT: 6.300 (PR)
Imagem da capa: vectorjuice / Freepik
Redação: marketing@iiabrasil.org.br
Conselho Editorial | Diretoria Executiva: Paulo Roberto Gomes, Alessandro da Silva Portinho e Debora Lage Martins Lelis (CIA, CCSA, CRMA).

Conselho de Administração: Fábio de Figueiredo Pimpão (CIA, CCSA, CRMA), Márcia da Rosa Pereira (CIA, CCSA), Tânia Mara Cordeiro (CCSA), Tikara Yoneya (CIA, CRMA), Hélio Takashi Ito (CCSA, CRMA), Rene Guimarães Andrich (CIA, CCSA, CRMA), Carlos Renato Fontes Trisciuzzi (CIA, QIAL, CCSA, CRMA) e Sergio Roberto Ribeiro Maciel (CRMA).

DESAFIOS DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E MITIGAÇÃO DOS RISCOS CIBERNÉTICOS

Por Hédio Takashi Ito (CCSA, CRMA)
Conselheiro de Administração do IIA Brasil



Foto: IIA Brasil

Caros colegas e leitores da *Auditor Interno Magazine*, espero que todos estejam bem e muito atentos às crescentes ameaças cibernéticas em 2023.

Semanalmente, observamos diversas notícias sobre novas ameaças e ataques no Brasil e no mundo que causam grandes impactos em governos, instituições, sociedade e empresas públicas e privadas. Algumas recentes manchetes no site da CISO Advisor destacam: “páginas verificadas do Facebook usadas para disseminar malware”; “domínios maliciosos relacionados ao ChatGPT aumentam 910%”; “trojan para PIX ganha novas variantes”; “grandes empresas têm ativos virtuais na internet sem proteção”; “o Brasil já é o segundo em ransomware”; “falhas em unidades terminais remotas projetadas para telecontrole e automação no setor de fornecimento de energia

podem permitir hack em redes elétricas”... E, assim, semana após semana, esse tipo de notícia vem aparecendo de forma recorrente – o que gera enorme preocupação em relação à quantidade de vulnerabilidades identificadas e ao sucesso desses ataques.

De acordo com o *Global Threat Intelligence*, em seu Report Q4 2022, o Brasil já está na terceira posição no *ranking* mundial dos países em que sistemas de rastreamento de segurança mais identificaram ataques. Por outro lado, informações da *Hacknet Report* e *NetSensor Report* destacaram que o Brasil também está na lista dos Top 10 países que mais geram tráfegos maliciosos no mundo.

Como se não bastasse todo esse crescente risco cibernético, em recente reportagem da BBC News foi relatado novamente o tamanho da guerra cibernética travada entre *hackers* e simpatizantes *hackers* da Rússia e Ucrânia, afetando principalmente operações e serviços de infraestrutura. Há um verdadeiro exército

Artigo apresenta dados alarmantes sobre ataques cibernéticos e informações sobre a atuação da Auditoria Interna nesse cenário.



“A União Europeia criou um Projeto de Lei com o objetivo de melhorar a segurança cibernética por meio da cooperação estruturada entre os países membros. Além da criação de um fundo de aproximadamente 1,1 bilhão de euros para o combate às ameaças, o projeto prevê o intercâmbio de conhecimentos entre as forças armadas e as instituições de defesa dos Estados. Fica evidente a grande importância de nos mantermos atentos a essas crescentes ameaças, conhecendo os inimigos, testando continuamente nossos mecanismos de defesa e recuperação de desastres, atualizando consistentemente os procedimentos, tecnologias e mantendo a educação cibernéticas de todos os colaboradores envolvidos em dia. Precisamos estar, no mínimo, um passo à frente desses criminosos para defesa adequada e preparados com planos de contingência e recuperação de desastres. E, nós, auditores internos, podemos contribuir com avaliação e monitoramento, assegurando que as empresas adotem mecanismos e evoluam na maturidade do ambiente de controles.”

de especialistas cibernéticos reunidos em diferentes comunidades espalhadas pelo mundo estudando, desenvolvendo e produzindo tecnologias de ataques em massa em ambos os territórios, causando grandes e crescentes prejuízos operacionais e financeiros. Uma guerra invisível onde as armas são os softwares maliciosos e o campo de batalha são os meios de comunicação, internet e nuvens, gerando grande inteligência e tecnologias de ameaças digitais.

Preocupada com o tema, a União Europeia criou um Projeto de Lei com o objetivo de melhorar a segurança cibernética por meio da cooperação estruturada entre os países membros. Além da criação de um fundo de aproximadamente 1,1 bilhão de euros para o combate às ameaças, tanto na esfera pública quanto privada, o projeto prevê o intercâmbio de conhecimentos entre as forças armadas e as instituições de defesa dos Estados – ações integradas para assegurar rápida resposta em caso de incidentes e a cooperação dos países na proteção de dados dos cidadãos.

Fica evidente a grande importância de nos mantermos atentos a essas crescentes ameaças, conhecendo os inimigos, testando continuamente nossos mecanismos de defesa e recuperação de desastres, atualizando consistentemente os procedimentos, tecnologias e mantendo a educação cibernéticas de todos os colaboradores envolvidos em dia. Afinal, nosso país e as nossas empresas também estão em uma grande batalha virtual contra os *hackers*. Precisamos estar, no mínimo, um passo à frente desses criminosos para defesa adequada e preparados com planos de contingência e recuperação de desastres quando um incidente acontecer. E, nesse aspecto, nós, auditores internos, podemos contribuir e agregar muito valor com avaliação e monitoramento constante dos riscos e vulnerabilidades, assegurando que as empresas adotem mecanismos adequados e evoluam na maturidade do ambiente de controles.

Um grande abraço e que todos tenham excelentes resultados nas auditorias de Cyber! 



Tools for Audit Managers

Ferramentas para Gerente de Auditoria

INSCRIÇÕES ABERTAS!



Instituto dos
Auditores Internos
do Brasil



Conheça alguns métodos para atuar de maneira clara e empática frente a possíveis choques de gerações no ambiente de trabalho.



OPINIÃO

CRASH GERACIONAL NO MERCADO DE TRABALHO. COMO LIDAR?

Por Janaína Fiorentin
Compliance na Votorantim

U

ma das maiores questões de debate com as quais nos deparamos no ecossistema corporativo é a dificuldade que alguns gestores têm em liderar com qualidade e gerar engajamento nos times compostos pelas novas gerações de profissionais. Isso se dá em grande parte pelas diferenças ideológicas entre essas pessoas que, quando desproporcionais, geram impasses e atritos.

Esse problema chama-se conflito de gerações ou, em outras palavras, debates ou desentendimentos gerados em decorrência da diferença de idade entre os colaboradores. Até então, pode parecer clichê que se discuta sobre as diferenças de perfil entre pessoas de distantes gerações. Porém, o ponto importante aqui é que isso traz prejuízo às relações de trabalho, podendo causar impacto na saúde dos funcionários e, consequentemente, gerar perdas para as empresas.

Antes de discutirmos sobre as melhores formas de encarar essa situação, é importante que tenhamos mais clareza acerca dos perfis:

Baby boomers: são as pessoas nascidas entre 1945 e 1960, durante a expansão demográfica consequente do momento pós-guerra. Vale lembrar que essa foi a geração que lutou pelo feminismo, realizou movimentos a favor dos negros e homossexuais. Suas principais caracte-

terísticas comportamentais são a busca pela estabilidade, foco no trabalho e na prosperidade da família.

Geração X: são aqueles que nasceram entre os anos de 1961 e 1980. A grande maioria apresenta um perfil que ainda preza pela estabilidade, tanto nos campos profissionais quanto nos campos da vida pessoal e familiar. No entanto, nesse grupo, já é possível se observar o início do processo de quebra de padrões, por meio de pessoas que começaram a desenvolver perfis questionadores e empreendedores.

Geração Y: ou os conhecidos *Millennials*, nascidos entre 1981 e 2000 – uma geração marcada pela revolução tecnológica. São parte de um grupo mais livre em relação a padrões por terem tido contato com o avanço tecnológico desde muito novos – justamente por isso, têm por característica o perfil argumentador. É comum vermos nessa faixa a supervalorização da liberdade de movimentação em relação à estabilidade de uma carreira em uma única empresa, trazendo contrapontos às gerações anteriores.

Geração Z: são os nascidos depois dos anos 2000, que atualmente figuram entre os mais jovens no mercado de trabalho. Trazem um perfil mais aberto e expansivo, com opiniões

“Existe uma imensa gama de profissionais das mais variadas faixas etárias trabalhando ao mesmo tempo, no mesmo ambiente, esforçando-se para conviver com as diferenças ideológicas e de opinião. O grande problema é que, normalmente, as pessoas tendem a ser fechadas para diferentes posicionamentos e, por esse motivo, cria-se um ambiente conflituoso. Isso provoca problemas de relacionamento e falta de sinergia entre os times que precisam trabalhar juntos.”

fortes e grande valorização por realizar coisas que tenham muita relevância social e impacto positivo no mundo. Costumam ser impacientes e geralmente não estão focados na constituição de famílias ou na construção de carreiras sólidas em profissões ou empresas tradicionais.

Empatia e escuta ativa, a saída para o problema

A partir dessas definições, encontra-se o seguinte cenário: existe uma imensa gama de profissionais das mais variadas faixas etárias trabalhando ao mesmo tempo, no mesmo ambiente, esforçando-se para conviver com as diferenças ideológicas e de opinião. O grande problema é que, normalmente, as pessoas tendem a ser fechadas para diferentes posicionamentos e, por esse motivo, cria-se um ambiente conflituoso.

Isso é desfavorável por inúmeros motivos, pois provoca problemas de relacionamento e falta de sinergia entre os times que precisam trabalhar e produzir juntos. Se a camada de gestão for resistente a novas e diferentes ideias, será inviável manter a motivação e comprometimento de profissionais mais

jovens, gerando reflexos imediatos na taxa de *turnover* que, indiretamente, representa retrabalho e desperdício de recursos. A consequência disso é o impacto negativo na qualidade do ambiente e, conseqüentemente, na reputação da empresa e no crescimento dos negócios.

É preciso que as pessoas tenham em mente que estão todas no mesmo time, do mesmo lado do campo. A prosperidade de um está atrelada a do outro. Dessa forma, quando um ganha o outro também ganhará. Por meio do diálogo aberto e da escuta ativa e empática, é possível reduzir os riscos do problema gerado pelo *crash geracional*, afinal, absolutamente todas as pessoas estão sempre em constante evolução e aprendizado. É necessário que, para isso, ambos os lados estejam dispostos a compreender pontos de vista diferentes e, principalmente, cientes de que maior do que qualquer linha ideológica é o respeito – e isso é inegociável.

Como as empresas podem atuar frente a esse problema?

As empresas têm um papel importante na construção de um ambiente saudável para todos, por meio do letramento e aculturação dos funcionários. Sob a ótica de problemas causados por diferenças geracionais, isso deverá ocorrer de forma abrangente, de modo a compreender todas as vias de pensamento e camadas de atuação de seus colaboradores.

Com relação às gerações mais maduras, é necessário atualizar e aprimorar conceitos sobre diversidade, inclusão, comportamento e compreensão dos movimentos atuais da sociedade. É comum que haja resistência e que nos deparemos com respostas do tipo: “*Cresci ouvindo este tipo de piada/comentário e tenho dificuldade para entender como isso se tornou uma fala preconceituosa*”; “*Esta nova geração é cheia de mimimis*”.

É preciso que haja clareza de que todas as gerações passam por suas próprias lutas e revoluções, assim como é necessário entender que para o mundo se tornar cada vez mais adequado e com menos desigualdades pautas como respeito à diversidade e inclusão precisam ser trabalhadas com urgência. Também é primordial lembrar que diversas temáticas, hoje consideradas inquestionáveis, em algum

momento da história já foram vistas como superficiais e desnecessárias, até conquistarem a devida relevância.

Existe também o desafio de atuação em relação às gerações mais jovens, que representam o outro lado desse conflito. Nesse caso, a aculturação deve mostrar que é necessário ouvir o que as outras pessoas têm a dizer, compreender que cada indivíduo está trabalhando para evoluir e que esse processo não é igual para todos. Mais importante que o lugar de fala, que aparentemente tem se transformado em um lugar comum, é o lugar de escuta.

É imprescindível destacar no plano de ação das gerações mais jovens que existem características que somente são adquiridas ao longo da jornada e por meio da vivência. Por isso, é necessário que sejam trabalhadas habilidades como a paciência e a empatia, pois aprender com quem já viveu situações complexas e as superou é uma excelente oportunidade de crescimento profissional e pessoal. Além disso, é importante ressaltar que o tempo e a experiência lapidam as pessoas para que aprendam a lidar com as dificuldades sem sofrer tanto impacto emocional, como acontecia quando eram menos maduras.

Em suma, a dificuldade e resistência em se atualizar, ou mudar a própria forma de pensar para adequar-se ao meio externo, são comportamentos normais e esperados de todas as gerações. O destaque disso tudo é que toda evolução somente se dá pela construção, literalmente, de geração em geração e que a prosperidade e perenidade dos negócios só acontecem quando as empresas conseguem acompanhar a velocidade das mudanças. Isso sempre será feito por meio da soma das habilidades e conhecimentos das pessoas que nelas trabalham. É garantido afirmar que a diversidade torna o ambiente sadio e próspero, e quem souber conduzir seus negócios conscientemente nessa linha certamente estará no caminho certo. 

**O IIA Brasil não se responsabiliza, nem de forma individual, nem de forma subsidiária ou solidária, pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos no texto, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).*

“É preciso que as pessoas tenham em mente que estão todas no mesmo time. A prosperidade de um está atrelada a do outro. Por meio do diálogo aberto e da escuta ativa e empática, é possível reduzir os riscos do problema gerado pelo *crash geracional*, afinal, absolutamente todas as pessoas estão sempre em constante evolução e aprendizado. É necessário que, para isso, ambos os lados estejam dispostos a compreender pontos de vista diferentes e, principalmente, cientes de que maior do que qualquer linha ideológica é o respeito – e isso é inegociável. Em suma, a dificuldade e resistência em se atualizar, ou mudar a própria forma de pensar para adequar-se ao meio externo, são comportamentos normais e esperados de todas as gerações. O destaque disso tudo é que toda evolução somente se dá pela construção, literalmente, de geração em geração e que a prosperidade e perenidade dos negócios só acontecem quando as empresas conseguem acompanhar a velocidade das mudanças.”

A ECONOMIA COLABORATIVA NA VISÃO DO AUDITOR

Por Dane Fernandes
Auditor

Tradicionalmente, na cultura capitalista, consumo sempre significou possuir, ou seja, conseguir adquirir (comprar) e, então, consumir/usar. A publicidade é feita para nos criar desejos – precisamos ter para ser. Os bens são feitos para não durar, modelos novos de eletrônicos são lançados ano a ano, tornando nossos produtos recém-adquiridos em artigos obsoletos, no famoso ciclo da “obsolescência programada”. Contudo, recentemente, esse paradigma começou a sofrer questionamentos. Será que é necessário ter para poder usar? Por que possuir algo que só uso esporadicamente? A posse do objeto ou do espaço não é mais um fim em si.

Uma economia colaborativa é definida como um sistema socioeconômico baseado no compartilhamento de recursos humanos, físicos ou intelectuais. O surgimento da economia compartilhada nos últimos anos foi impulsionado por dois fatores principais: a criação e ampla adaptação da internet e a entrada da geração do milênio na economia de mercado. A internet, além de proporcionar toda a infraestrutura, viabiliza a possibilidade de se realizarem avaliações – uma questão fundamental quando se trata de um tipo de negócio em que as partes, em regra, não se conhecem.

Trata-se de um modelo em plena expansão. A previsão é de que a economia compartilhada movimentará bilhões nos próximos anos. Hoje, por exemplo, o valor de mercado da plataforma Airbnb

“Uma economia colaborativa é definida como um sistema socioeconômico baseado no compartilhamento de recursos humanos, físicos ou intelectuais. O surgimento da economia compartilhada nos últimos anos foi impulsionado por dois fatores principais: a criação e ampla adaptação da internet e a entrada da geração do milênio na economia de mercado. A internet, além de proporcionar toda a infraestrutura, viabiliza a possibilidade de se realizarem avaliações – uma questão fundamental quando se trata de um tipo de negócio em que as partes, em regra, não se conhecem. Trata-se de um modelo em plena expansão.”

Adaptação da internet e a entrada da geração *Millenials* no mercado têm gerado uma economia baseada no ato de compartilhar.

“A ideia é que os processos econômicos tragam benefícios a todas as pessoas envolvidas em uma rede, gerando uma melhoria coletiva e um acesso mais democrático a produtos e serviços sob demanda. Uma das consequências é a descentralização do fluxo entre clientes e empresas, evitando o papel de intermediários e aproximando consumidores e fornecedores. A economia colaborativa é usada como um termo abrangente para muitos serviços, aplicativos e produtos diferentes. Ela alcança iniciativas em que não se visa o lucro, como ocorre com a Wikipedia e softwares livres, criados e mantidos por uma sequência de colaborações – que vão de recursos monetários ao trabalho de programadores ou redatores de artigos. O Waze é outro exemplo, o qual utiliza dados e alertas de tráfego compartilhados pelos usuários em tempo real para sugerir os melhores trajetos. Por outro lado, a economia colaborativa inclui também serviços que buscam lucro, como os ofertados pelo Airbnb e Uber.”

é calculado em US\$ 13 bilhões. A consultoria multinacional PricewaterhouseCoopers prevê que o setor movimente em 2025, no mundo todo, algo em torno de US\$ 335 bilhões. Segundo uma pesquisa realizada pela consultoria Nielsen, em 2023, 70% das pessoas na América Latina estão dispostas a participar de serviços de compartilhamento, contra 52% na América do Norte¹⁴.

Assim, a ideia é que os processos econômicos tragam benefícios a todas as pessoas envolvidas em uma rede, gerando uma melhoria coletiva e um acesso mais democrático a produtos e serviços sob demanda. Uma das consequências é a descentralização do fluxo entre clientes e empresas, evitando o papel de intermediários e aproximando consumidores e fornecedores.

A economia colaborativa é usada como um termo abrangente para muitos serviços, aplicativos e produtos diferentes. Ela alcança iniciativas em que não se visa o lucro, como ocorre com a Wikipedia e softwares livres, criados e mantidos por uma sequência de colaborações – que vão de recursos monetários ao trabalho de programadores ou redatores de artigos. O Waze é outro exemplo, o qual utiliza dados e alertas de tráfego compartilhados pelos usuários em tempo real para sugerir os melhores trajetos. Por outro lado, a economia colaborativa inclui também serviços que buscam lucro, como os ofertados pelo Airbnb e Uber.

Com a difusão desse modelo, atualmente, é comum encontrar pessoas que escolheram se desfazer do próprio carro e passaram a usar serviços de carona via aplicativo, por razões econômicas ou de conveniência; estudantes que encontram aulas aprofundadas sobre assuntos específicos, acessíveis por meio de plataformas de ensino à distância; e empresas que decidiram não ter custos fixos com escritórios e utilizam espaços de *coworking*, funcionando lado a lado com outros negócios.

Rachel Botsman, uma liderança mundial nos estudos da colaboração no consumo digital, define o consumo colaborativo como “compartilhamento tradicional, troca, empréstimo, comércio, aluguel, presentes, e a troca redefinida por meio da tecnologia e de comunidades de pares”. Ela afirma que estamos reinventando “não apenas o que consumimos, mas como consumimos”. Botsman usa o exemplo de uma furadeira para definir o consumo colaborativo. Para ela, as furadeiras são inerentemente subutilizadas – uma vez que “o que [é necessário] é o furo, não a fu-

radeira”, e, por isso, devemos compartilhar bens como esses. Os carros, apesar de caros, ficam parados quase 96% do tempo, por exemplo.

Botsman entende que a Economia Compartilhada contempla três opções de sistemas²:

1. **Mercados de redistribuição:** modelo que consiste em remanejar itens de onde não estão sendo usados para locais onde serão necessários. Um exemplo disso é a troca ou venda de produtos de segunda mão, como a prática aplicada em brechós. Baseia-se nos princípios de reduzir, reusar, reciclar, reparar e redistribuir. Uma empresa que adotou esse modelo é o *marketplace* Enjoei. Baseia-se no reaproveitamento de bens.

2. **Estilo de vida colaborativo:** sistema para reunir uma comunidade com o objetivo de compartilhar bens, serviços, espaços ou o próprio tempo. Os escritórios de *coworking*, nos quais vários executivos de diferentes áreas dividem o mesmo espaço, são um exemplo. Outro, são os profissionais que compartilham seus conhecimentos usando recursos democratizados (como aplicado na Wikipedia).

3. **Sistemas de acesso a produtos e serviços:** nesse modelo, o usuário paga para ter acesso a um produto ou serviço por determinado período. Ou seja, o cliente opta pelo aluguel e não pela compra do bem. Isso acontece quando um imóvel é disponibilizado para aluguel de curta temporada em plataformas como o Airbnb.

Atualmente, por meio de uma rápida busca na internet, você perceberá que se compartilha quase tudo: aparelhos de informática, vagas de garagem, carros, residências, entre outros. Combatendo uma lógica de consumo desenfreada (que esgota os recursos naturais e provoca desequilíbrio ambiental), a economia compartilhada baseia-se nas conexões entre as pessoas e propõe que o consumidor não adquira a posse dos bens, mas o acesso a eles. Tem como objetivos incentivar o consumo consciente, reduzir desperdícios, proporcionar o melhor aproveitamento de recursos e democratizar o acesso a produtos e serviços.

A economia colaborativa apresenta, ainda, algumas vantagens. A primeira delas é o benefício econômico, pois o proprietário ganha dinheiro com coisas que, de outra forma, não seriam utilizadas, e o locatário tem a oportunidade de

“Atualmente, por meio de uma rápida busca na internet, você perceberá que se compartilha quase tudo. Combatendo uma lógica de consumo desenfreada (que esgota os recursos naturais e provoca desequilíbrio ambiental), a economia compartilhada baseia-se nas conexões entre as pessoas e propõe que o consumidor não adquira a posse dos bens, mas o acesso a eles. Tem como objetivos incentivar o consumo consciente, reduzir desperdícios, proporcionar o melhor aproveitamento de recursos e democratizar o acesso a produtos e serviços.

A economia colaborativa apresenta, ainda, algumas vantagens. A primeira delas é o benefício econômico, pois o proprietário ganha dinheiro com coisas que, de outra forma, não seriam utilizadas, e o locatário tem a oportunidade de usar as coisas por um tempo limitado sem comprá-las. Diante disso, transformamos proprietários de qualquer produto em microempresários. Portanto, aproveitar esse movimento pode ser um primeiro passo para o empreendedorismo.”

“Há alguns desafios associados ao modelo. Um deles é a concorrência desleal com empresas tradicionais por não pagarem os mesmos impostos. Por esse motivo, o Uber, por exemplo, é pauta na Justiça de vários países. Como a Auditoria Interna, de posse da manifestação do departamento jurídico da empresa, classifica uma provisão referente à uma ação judicial em provável, possível ou remota se a legislação pátria é deficiente nesse assunto? Além da falta de arrecadação de tributos, o Estado teme que serviços como o Uber possam impactar o mercado de trabalho e trazer desemprego a diversas categorias. Nos Estados Unidos, o modelo é chamado por vários especialistas de “oficialização do bico”. Isso porque ele não passaria de uma maneira das pessoas complementarem a renda, abalada pelas sucessivas crises mundiais nos últimos anos. Seria uma precarização do capitalismo no mundo desenvolvido. Os serviços de compartilhamento não possuem contrato de vínculos empregatícios e não são enquadrados em regulações da legislação trabalhista.”

usar as coisas por um tempo limitado sem comprá-las. Diante disso, transformamos proprietários de qualquer produto em microempresários. Portanto, aproveitar esse movimento pode ser um primeiro passo para o empreendedorismo.

Outro benefício é a redução do impacto ambiental. O consumo colaborativo reduz a quantidade de bens adquiridos. Isso implica que as pessoas troquem mais e comprem menos. Ajuda a obter o máximo dos artigos em vez de deixá-los inativos por meses para serem finalmente descartados, substituídos por versões mais recentes ou expirados. Às vezes, você também precisa comprar tudo para usar apenas uma parte, mesmo se não usufruir do bem – por exemplo, o IPVA do seu carro deve ser pago mesmo se ele estiver parado.

Há, contudo, alguns desafios associados ao modelo. Um deles é a concorrência desleal com empresas tradicionais por não pagarem os mesmos impostos. Por esse motivo, o Uber, por exemplo, é pauta na Justiça de vários países – inclusive, no Brasil. Como a Auditoria Interna, de posse da manifestação do departamento jurídico da empresa, classifica uma provisão referente à uma ação judicial em provável, possível ou remota se a legislação pátria é deficiente nesse assunto?

Além da falta de arrecadação de tributos, o Estado teme que serviços como o Uber possam impactar o mercado de trabalho e trazer desemprego a diversas categorias. Nos Estados Unidos, o modelo é chamado por vários especialistas de “oficialização do bico”. Isso porque ele não passaria de uma maneira das pessoas complementarem a renda, abalada pelas sucessivas crises mundiais nos últimos anos. Seria uma precarização do capitalismo no mundo desenvolvido³. Os serviços de compartilhamento não possuem contrato de vínculos empregatícios e não são enquadrados em regulações da legislação trabalhista.

Ademais, segundo fonte jornalística, outra questão é a falta de recursos que protejam a relação de compra e venda no Código de Defesa do Consumidor, que não regula atividades entre pessoas físicas. Produtos com defeitos, informação falsa e falta de contrato podem ser alguns dos riscos. O Airbnb, por exemplo, recebeu avaliações de alguns usuários que denunciaram abuso por parte de locatários. Essa falta de regulação pode colaborar para relações desiguais entre cliente e fornecedor ou deixar o trabalhador mais vulnerável e com menor renda, resultando

na precarização do serviço.

Na mesma linha de raciocínio, o auditor interno é responsável por avaliar a efetividade dos controles internos das empresas que atuam nesse mercado, identificando eventuais riscos e vulnerabilidades. Além disso, o auditor deve ajudar a desenvolver políticas e procedimentos que garantam a integridade e segurança das transações realizadas.

Na economia compartilhada, as operações geralmente envolvem a interação entre pessoas físicas ou jurídicas por meio de plataformas digitais, o que pode aumentar a complexidade e o risco das transações. Por isso, o papel do auditor interno é especialmente importante para garantir a confiança dos usuários e investidores nesse mercado. Temos, como caso concreto, a terceirização de parte do parque tecnológico do Tribunal de Justiça da Paraíba, onde essa atividade facilitará o controle dos custos de impressão/digitalização de documentos no referido Tribunal⁴.

Ao assegurar a transparência e a confiabilidade das operações na economia compartilhada, o auditor interno contribui para a sustentabilidade e o crescimento desse mercado, gerando benefícios econômicos e sociais para a sociedade como um todo. **A**

**O IIA Brasil não se responsabiliza, nem de forma individual, nem de forma subsidiária ou solidária, pelas opiniões, ideias e conceitos emitidos no texto, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).*

¹Disponível em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/economia-compartilhada-modalidade-como-o-uber-gera-novas-opportunidades-e-muitas-polemicas.htm#:~:text=A%20previs%C3%A3o%20%C3%A9%20de%20que,torno%20de%20US%24%20335%20bilh%C3%B5es>. Acesso em 02 de maio de 2023.

²Disponível em: <https://www.ideianoar.com.br/economia-compartilhada/>. Acesso em 02 de maio de 2023.

³Disponível em: <https://tab.uol.com.br/economia-compartilhada/>. Acesso em 02 de maio de 2023.

⁴Disponível em <https://www.tjpb.jus.br/noticia/instalacao-de-novas-impressoras-no-tjpb-seguinterizacao-para-uso-racional>. Acesso em 02 de maio de 2023.

“O auditor interno é responsável por avaliar a efetividade dos controles internos das empresas que atuam nesse mercado, identificando eventuais riscos e vulnerabilidades. Além disso, o auditor deve ajudar a desenvolver políticas e procedimentos que garantam a integridade e segurança das transações realizadas. Na economia compartilhada, as operações geralmente envolvem a interação entre pessoas físicas ou jurídicas por meio de plataformas digitais, o que pode aumentar a complexidade e o risco das transações. Por isso, o papel do auditor interno é especialmente importante para garantir a confiança dos usuários e investidores nesse mercado. Temos, como caso concreto, a terceirização de parte do parque tecnológico do Tribunal de Justiça da Paraíba, onde essa atividade facilitará o controle dos custos de impressão/digitalização de documentos no referido Tribunal. Ao assegurar a transparência e a confiabilidade das operações na economia compartilhada, o auditor interno contribui para a sustentabilidade e o crescimento desse mercado, gerando benefícios econômicos e sociais para a sociedade.”



Curso CIA - Parte 2

17 a 20 de julho | On-line

Valor: R\$ 3.700,00

38 créditos de CPE

Curso Data Analytics

19 e 20 de julho | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

19 créditos de CPE

Audi 2

24 a 26 de julho | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

28 créditos de CPE

Curso CIA - Parte 3

24 a 28 de julho | On-line

Valor: R\$ 3.900,00

48 créditos de CPE

Curso COSO ERM

24 a 27 de julho | On-line

Valor: R\$ 3.000,00

38 créditos de CPE

Curso Audi 2 EOP - Novo

31 de julho a 02 de agosto | On-line

Valor: R\$ 2.500,00

28 créditos de CPE

Curso Investigação de Fraudes Corporativas

31 de julho | On-line

Valor: R\$ 1.250,00

09 créditos de CPE



PADRÃO DE QUALIDADE

O Instituto dos Auditores Internos conta com uma equipe de instrutores qualificada que possui alta avaliação de desempenho. Eles passam por constantes análises dos participantes de cada evento administrado pelo IIA Brasil. Suas certificações e históricos profissionais garantem treinamentos com excelente potencial de aprendizagem e absorção do conteúdo ministrado. Saiba mais no [link iiabrasil.org.br/cursos/instrutores](http://link.iiabrasil.org.br/cursos/instrutores).

Auditando a Cultura Organizacional

O curso tem como objetivo ajudar os auditores internos a entender e avaliar a cultura corporativa e como ela impacta no ambiente de controle de uma organização. Considera, ainda, os riscos associados à cultura e as diferentes abordagens para auditar a cultura.

Inscrições abertas!

Os treinamentos do IIA Brasil são exclusivos para associados. Para detalhes consulte iiabrasil.org.br. As datas poderão sofrer alterações e as turmas cancelamentos por falta de quórum. Condições diferenciadas para grupos empresariais. As informações exibidas aqui também podem conter modificações após a publicação da revista.





Princípios Básicos de IFRS



International Financial Reporting Standards

Conheça e entenda as principais atualizações sobre o IFRS e seus requisitos, juntamente com as normas internacionais e sua aplicação nas empresas, a fim de exercitar os procedimentos de auditoria interna no processo contábil com foco IFRS.



Instituto dos
Auditores Internos
do Brasil